AERLIS
Associação Empresarial da Região de Lisboa

24

Relatório e Contas 2023

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA AERLIS - 2023

1. Introdução

O presente relatório descreve as atividades realizadas pela AERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa durante o exercício de 2023, destacando os principais eventos, decisões estratégicas e resultados financeiros. Apesar dos desafios significativos enfrentados, nomeadamente a gestão dos processos de Recuperação e insolvência, a AERLIS manteve o foco na sua missão de promover o desenvolvimento económico e empresarial na região.

2. Atividades Desenvolvidas

2.1 Representação e Apoio aos Associados

- Representação institucional em fóruns empresariais e eventos relevantes, com destaque para a defesa dos interesses dos associados junto de entidades públicas e privadas.
- Serviços de consultoria técnica e jurídica, nomeadamente nas áreas de gestão financeira, fiscalidade e acesso a fundos comunitários.

2.2 Formação e Capacitação Empresarial

- Organização de ações de formação em várias áreas do saber, nomeadamente inovação, transformação digital e gestão empresarial.
- Promoção de workshops temáticos para capacitação de empresários e gestores em novas tendências de mercado.

2.3 Infraestruturas e Atividades Operacionais

- Manutenção das infraestruturas da sede em Oeiras e da delegação em Alenquer, garantindo a operacionalidade dos espaços.
- Acompanhamento próximo dos parceiros associados, com foco na oferta de soluções adaptadas às necessidades de cada setor.

3. Alterações na Direção e Gestão de Crise Financeira

3.1 Tomada de Posse da Nova Direção

- A nova Direção da AERLIS tomou posse em janeiro de 2023 e, logo na sua primeira reunião, teve de enfrentar a difícil decisão de submeter a Associação a um Processo Especial de Revitalização (PER), devido à situação financeira crítica que recebeu.
- O PER foi deliberado e submetido em março de 2023, mas acabou por não ser aprovado por uma margem de votos muito pequena.

3.2 Processo de Insolvência

- Em função da não aprovação do Processo Especial de Revitalização (PER), submetido em março de 2023, a Direção da AERLIS avaliou as possíveis soluções para enfrentar a grave situação financeira da Associação.
- Diante deste cenário, as opções analisadas incluíram:

  a) Inação, o que levaria à paralisação das atividades e à impossibilidade de cumprir com as obrigações legais e financeiras;

  b) Liquidar a Associação, resultando na cessação definitiva das suas operações e na perda do apoio institucional aos associados;

  c) Apresentar-se à insolvência com o objetivo de revitalizar a Associação, permitindo a reestruturação financeira e a preservação do papel da AERLIS enquanto entidade promotora do desenvolvimento empresarial da região.
- Após cuidadosa análise, a Direção deliberou apresentar-se à insolvência, tendo como objetivo estratégico a revitalização da Associação. A insolvência foi declarada em 20 de outubro de 2023 pelo Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste – Juízo de Comércio de Sintra.
- Irá ser apresentado um plano de recuperação em 2024, focado na reorganização financeira da AERLIS, que inclui medidas como a alienação de direitos de superfície da Associação, permitindo gerar liquidez para o pagamento das dívidas no prazo máximo de cinco anos. Este plano tem como objetivo assegurar a continuidade das atividades da AERLIS, proteger os interesses dos credores e manter o seu contributo essencial ao tecido empresarial da região.

3.3 Contas e Sustentabilidade

- Apesar do contexto económico e das dificuldades financeiras, as contas do exercício de 2023 foram preparadas com base no princípio da continuidade.
- Os passivos mais relevantes incluem dívidas à Autoridade Tributária (€72.170,46) e à Segurança Social (€124.639,69), integradas no processo de insolvência.

4. Conclusão e Perspetivas Futuras

Apesar dos desafios sem precedentes enfrentados em 2023, a nova Direção da AERLIS demonstrou resiliência e empenho em encontrar soluções para revitalizar a Associação. A aprovação do plano de recuperação, prevista para 2024, é vista como uma oportunidade para assegurar o cumprimento das obrigações financeiras, preservar os serviços aos associados e retomar o papel ativo da AERLIS na promoção do tecido empresarial da região de Lisboa.

A Direção agradece o apoio dos associados e parceiros, reafirmando o compromisso com os valores e objetivos que norteiam a atuação da AERLIS.

AERLIS - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LISBOA

BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2023	31 Dezembro 2022
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangiveis	7	3.170.965,09	3.282.751,59
Investimentos financeiros	8	80.897,69	77.242,95
Total do ativo não corrente		3.251.862,78	3.359.994,54
ATIVO CORRENTE:			
Créditos a receber	9	132.016,79	142.812,03
Estados e outros entes públicos	10	2.423,40	4.444,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	81.578,58	122.920,58
Diferimentos	12	212,51	1.139,29
Outras contas a receber	13	104.336,29	583.536,27
Caixa e depósitos bancários	4	29.030,63	5.313,77
Total do ativo corrente		349.598,20	860.166,13
Total do ativo		3.601.460,98	4.220.160,67
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	14	54.069,92	54.069,92
Resultados transitados	15	-1.308.210,77	-1.247.735,29
Excedentes de revalorização	16	1.478.655,81	1.533.420,84
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	17	1.785.892,67	1.832.760,11
		2.010.407,63	2.172.515,58
Resultado líquido do período		-62.457,28	-50.125,66
Total dos fundos patrimoniais		1.947.950,35	2.122.389,92
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	18	0,00	124.034,53
Total do passivo não corrente		0,00	124.034,53
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	19	199.177,12	163.779,36
Estado e outros entes publicos	10	246.377,32	206.584,45
Financiamentos obtidos	18	679.414,10	575.496,50
Diferimentos	20	14.640,71	508.443,71
Outras contas a pagar	21	513.901,08	519.432,20
Total do passivo corrente		1.653.510,33	1.973.736,22
Total do passivo		1.653.510,33	2.097.770,75
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.601.460,68	4.220.160,67

O anexo faz parte integrante deste balanço.

O Contabilista Certificado

A Direcção

AERLIS - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LISBOA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	22	212 742,79	344 218,11
Subsídios / doações e legados à exploração	23	96 282,40	145 843,93
Fornecimentos e serviços externos	24	-121 477,71	-195 943,98
Gastos com o pessoal	25	-169 618,98	-342 500,16
Outros rendimentos	26	54 485,39	142 569,90
Outros gastos	27	-15 744,05	-16 245,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		56 669,84	77 942,49
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-111 786,50	-112 092,69
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-55 116,66	-34 150,20
Juros e gastos similares suportados	28	-6 473,85	-14 176,37
Resultado antes de impostos		-61 590,51	-48 326,57
Imposto sobre o rendimento do período	29	-866,77	-1 799,09
Resultado líquido do período		-62 457,28	-50 125,66

O Contabilista Certificado

A Direção

AERLIS - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LISBOA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO 2023

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2023		54.069,92	-1.247.735,29	1.533.420,84	1.832.760,11	-50.125,66	2.122.389,92
Alterações no período:							
Realização do excedente de revalorização			54.765,03	-54.765,03			0,00
Excedentes de revalorização							0,00
Ajustamentos por impostos diferidos							0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais:			-115.240,51		-46.867,44	50.125,66	-111.982,29
		54.069,92	-1.308.210,77	1.478.655,81	1.785.892,67	0,00	2.010.407,63
Resultado líquido do período						-62.457,28	-62.457,28
Resultado integral							1.947.950,35
Operações com instituidores no período							
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2023	14,16 e 17	54.069,92	-1.308.210,77	1.478.655,81	1.785.892,67	-62.457,28	1.947.950,35

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

O Contabilista Certificado

A Direcção

AERLIS - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LISBOA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO 2022

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2022		54.069,92	-1.194.165,84	1.588.185,87	1.879.624,55	-43.583,08	2.284.131,42
Alterações no período:							
Realização do excedente de revalorização							0,00
Excedentes de revalorização			54.765,03	-54.765,03			0,00
Ajustamentos por impostos diferidos							0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais:			-108.334,48		-46.864,44	43.583,08	-111.615,84
		54.069,92	-1.247.735,29	1.533.420,84	1.832.760,11	0,00	2.172.515,58
Resultado líquido do período						-50.125,66	-50.125,66
Resultado integral							2.122.389,92
Operações com instituidores no período							
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2022	14,16 e 17	54.069,92	-1.247.735,29	1.533.420,84	1.832.760,11	-50.125,66	2.122.389,92

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

O Contabilista Certificado

A Direcção

AERLIS - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LISBOA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes e utentes		182.204,07	399.758,01
Pagamentos a fornecedores		-79.622,56	-127.641,52
Pagamentos ao pessoal		-88.210,08	-201.956,25
Caixa gerada pelas operações		14.371,43	70.160,24
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-3.169,29	3.416,38
Outros recebimentos / pagamentos		35.322,85	-109.166,76
Fluxos das atividades operacionais [1]		46.524,99	-35.590,14
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-10.864,95
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		965,85	757,76
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Fluxos das atividades de investimento [2]		965,85	-10.107,19
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3.009,14	161.496,48
Outras operações de financiamento		0,00	218,61
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-21.417,72	-187.314,83
Juros e gastos similares		-5.365,40	-13.731,13
Fluxos das atividades de financiamento [3]		-23.773,98	-39.330,87
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		23.716,86	-85.028,20
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		5.313,77	90.341,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	29.030,63	5.313,77

A Direção

O Contabilista Certificado

ANEXO
A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

A Associação AERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa, adiante designada por "AERLIS" ou "Associação", foi constituída em 12 de fevereiro de 1992, com a denominação social de NERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa, como associação empresarial sem fins lucrativos, com o contribuinte nº 502711191.

Foi-lhe reconhecido o estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, conforme despacho publicado no Diário da República nº 228 – II Serie de 28 de setembro de 1993.

Em 9 de Junho de 1995, foi alterada a denominação social para "AERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa".

1.2 – Sede

A Associação tem a sua sede social na Rua São Salvador da Baia, Edifício AERLIS, em Oeiras.

Possui delegação no concelho de Alenquer.

1.3 – Natureza da atividade

A Associação tem por fim promover o desenvolvimento das atividades económicas do respetivo distrito (Lisboa) nos domínios técnico, económico, comercial, associativo e outros, e, em especial, assegurar aos seus associados uma crescente participação nas decisões e nos programas que com essas atividades se relacionam.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Bases de preparação

As Demonstrações Financeiras apresentadas, têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotadas as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.
A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela AERLIS, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.
Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direção e nas suas melhores expetativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.
Todos os valores constantes das notas e para as quais não esteja indicada a unidade monetária, estão expressos em EUROS.

2.2. – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriado ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC. No entanto e na sequência do pedido de PER efetuado em 15 de março de 2023, que não foi aprovado por falta de quórum deliberativo, a AERLIS apresentou-se à Insolvência, que foi declarada, e será apresentado e votado um plano de recuperação em 2024.

2.3 – Indicação e comentário das contas de balanço e demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior. A Direção da Aerlis, mesmo em insolvência,

porque mantém os seus poderes de administração, optou por preparar as contas da associação numa ótica de continuidade das operações.

3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

No exercício não foram identificados erros de períodos anteriores nem ocorreram quaisquer alterações a políticas ou a estimativas contabilísticas.

3.1. – Principais políticas contabilísticas:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
Vidas úteis	50	6 a 10	4	3 a 8	4 a 8
Taxas de depreciação	2%	10 a 16,66%	25%	12,5 a 33,33%	12,5 a 25%
Métodos de depreciação	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.
O justo valor de terrenos e edifícios é determinado a partir de provas com base no mercado por avaliação realizada por avaliadores profissionais, qualificados e independentes. Desta forma o justo valor de itens de instalações equivale ao seu valor de mercado determinado por avaliação.

As revalorizações serão efetuadas sempre que existam indícios de alteração de valor dos ativos, por avaliadores independentes de forma a assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor no fim do período de relato.

Se a quantia escriturada de um ativo for aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio na conta "Excedente de revalorização". Porém, o aumento é reconhecido nos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos resultados.

Se a quantia escriturada de um ativo é diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição é reconhecida nos resultados. Contudo a diminuição é debitada diretamente ao capital próprio até ao ponto de qualquer saldo de crédito existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Associação com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.
Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial

As participações financeiras mensuradas pelo método da equivalência patrimonial referem-se a partes de capital detidas na seguinte entidade:

- CAERO – Centro de Apoio do Empresário da Região Oeste, Lda.

Esta participação foi adquirida por 4.987,98 euros, correspondente a 20% do capital social.

Investimentos financeiros – Outros métodos

Os investimentos financeiros mensurados pelo método do custo referem-se a participações financeiras de capital detidas nas seguintes entidades:

- SEFO

Esta participação foi adquirida por 2.493,99 euros, correspondente a 5,88% do capital social.

- Lisgarante

Estas participações foram adquiridas pelo montante de 7.400 euros.

Créditos a Receber e outros ativos correntes

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de outras contas a receber ao custo.

As dívidas dos clientes e outros créditos a receber são registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

As perdas por imparidade dos clientes e outros créditos a receber são registados, sempre que haja evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração de Resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidos por resultados, caso os indicadores de Imparidade diminuam ou desapareçam.

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

As locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Financiamentos bancários

Os empréstimos são classificados como passivos correntes e não correntes, de acordo com os prazos definidos para a sua restituição, sendo não correntes na parte que seja reembolsável a mais de 1 ano.

Os empréstimos são registados no passivo pelo método do custo.

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As contas de fornecedores e de outros passivos correntes encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou de outros passivos correntes são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Imposto sobre o Rendimento

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é calculado de acordo com o estabelecido na legislação em vigor e as taxas aplicáveis.

Gastos e Rendimentos

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Compensação de Saldos e Transações

A compensação de saldos é realizada sempre que existam créditos entre clientes e fornecedores.

Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuadas estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

b) Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF-ESNL.

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência da evidência objetiva de

imparidades nomeadamente da qual resulta um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos em relação ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo (ou da periodização económica), numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza de estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 - Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	31.12.23	31.12.22
Caixa	182,21	250,23
Depósitos bancários	28 848,42	5 063,54
Caixa e depósitos bancários	29 030,63	5 313,77

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No exercício não foram identificados erros de períodos anteriores nem ocorreram quaisquer alterações a políticas ou a estimativas contabilísticas.

6 - Partes Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2023, a AERLIS detém uma participação de 20% no capital da empresa associada CAERO – Centro de Apoio do Empresário da Região Oeste, Lda., a qual apresenta a seguinte informação no seu balanço:

Valor do Capital Social	Valor do Capital Próprio em 2022
100 000,00	278 570,00

7 – Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 encontrava-se na seguinte forma:

31.12.23

	Terrenos	Edific. e Outr. Construç.	Equip. básico	Equip. transporte	Equip. administ.	Outros activos fixos tangíveis	AFT - em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	0,00	5 623 926,89	299 483,26	40 591,98	290 320,31	59 743,06	65 125,48	6 379 190,98
Saldo Final	0,00	5 623 926,89	299 483,26	40 591,98	290 320,31	59 743,06	65 125,48	6 379 190,98
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	0,00	2 406 300,79	299 483,26	40 591,97	290 320,31	59 743,06	0,00	3 096 439,39
Amortizações do exercício	0,00	111 786,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111 786,50
Saldo Final	0,00	2 518 087,29	299 483,26	40 591,97	290 320,31	59 743,06	0,00	3 208 225,89
Activos Líquidos	0,00	3 105 839,60	0,00	0,00	0,00	0,00	65 125,48	3 170 965,09

31.12.22

	Terrenos	Edific. e Outr. Construç.	Equip. básico	Equip. transporte	Equip. administ.	Outros activos fixos tangíveis	AFT - em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	0,00	5 623 926,89	299 483,26	40 591,98	290 320,31	59 743,06	65 125,48	6 379 190,98
Saldo Final	0,00	5 623 926,89	299 483,26	40 591,98	290 320,31	59 743,06	65 125,48	6 379 190,98
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	0,00	2 295 035,74	299 483,26	40 285,72	290 226,93	59 743,06	0,00	2 984 774,71
Amortizações do exercício	0,00	111 265,05	0,00	306,25	0,00	0,00	0,00	111 571,30
Outras variações	0,00	0,00	0,00	0,00	93,38	0,00	0,00	93,38
Saldo Final	0,00	2 406 300,79	299 483,26	40 591,97	290 320,31	59 743,06	0,00	3 096 439,39
Activos Líquidos	0,00	3 217 626,10	0,00	0,01	0,00	0,00	65 125,48	3 282 751,59

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/Reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados.

Os ativos fixos tangíveis implantados em propriedade alheia são os seguintes:

- Edifício de Oeiras (sede) cujo valor líquido registado no balanço é de 2.750.325,36 euros, está implantado no terreno de propriedade da Câmara Municipal de Oeiras com direito de superfície cedido por um período de 90 anos.
- Edifício do Carregado (delegação) cujo valor líquido registado no balanço é de 686.694,29 euros, está implantado no terreno de propriedade da Câmara Municipal de Alenquer com direito de superfície cedido por um período de 75 anos.

8 – Investimentos Financeiros:

8.1– Método equivalência patrimonial

A AERLIS detém uma participação de 20% no capital da empresa CAERO – Centro de Apoio do Empresário da Região Oeste, Lda, no montante de 4.987,98 euros, adquirida em 1995 pelo seu valor nominal.

Até 31 de Dezembro de 2009, estava registada pelo seu valor de aquisição.

Com a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em 2010, esta participação passou a estar registada pelo método da equivalência patrimonial (MEP).

Em 2014, o CAERO realizou um aumento do Capital Social por incorporação de reservas no montante de 75.060 euros, passando o seu capital social de 24.940 para 100.000 euros. Neste período foi registado um ganho correspondente à percentagem de participação de 20% da sobre o resultado do CAERO neste período, no valor de 4.398,60 euros referente ao ano de 2023, no período anterior o valor ascendeu a 8.252,40 euros (referentes a 2022).

Investimentos financeiros MEP - CAERO (20%)

	31.12.23	31.12.22
Valor de aquisição	0,00	4 987,98
Outros movimentos no capital - Ajustamentos de transição	0,00	14 470,00
Ajustamentos MEP - Saldo anterior	63 966,60	36 256,22
Ajustamento MEP do ano	4 398,60	8 252,40
Saldo Final	68 365,20	63 966,60

8.2 – Outros métodos

A Associação apresenta na rubrica Investimentos Financeiros – outros métodos um montante de 9.893,99 € descriminada da seguinte forma:

	31.12.23	31.12.22
SEFO (10%)	2 493,99	2 493,99
Ações Lisgarante	7 400,00	7 400,00
Saldo Final	9 893,99	9 893,99

8.3 – Outros Investimentos financeiros

A Associação apresenta na rubrica de outros créditos e ativos não correntes um montante de 2.638,50 euros, referente ao Fundo de Compensação de Trabalho (FCT), conforme segue:

	31.12.23	31.12.22
Saldo Inicial	3 382,36	3 104,46
Aumentos	221,99	1 019,23
Reduções	-965,85	-757,76
Ajustamentos	0,00	16,43
Saldo Final	2 638,50	3 382,36

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

Trata-se de um fundo de natureza mutualista, que visa garantir o valor necessário à cobertura de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho calculada nos termos referidos, subtraído do montante já pago pelo empregador ao trabalho.

O valor do fundo corresponde à entrega por parte do empregador do valor de 0,925% da retribuição base e diuturnidades durante o período de execução do contrato, exceto nos períodos em que ocorra contagem de antiguidade.

9 – Créditos a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

	31.12.23	31.12.22
Correntes		
Créditos e receber		
Clientes	132.016,79	142.812,03
	132.016,79	142.812,03

10 – Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referentes às rubricas do Estado são como segue:

	31.12.23		31.12.22	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	2.302,52		4.292,71	
Retenções na fonte			30,60	
Retenção de Impostos sobre Rendimentos				
Imp. Sobre o Rend. Trab. Dep		36.218,00		32.428,00
Imp. Sobre o Rend. Trab. Ind.				1.267,50
Imposto sobre o valor acrescentado		4.418,47		17.987,06
Contribuições para a segurança social	120,88	8.930,70	120,88	15.309,45
Outros impostos		196.810,15		139.592,44
	2.423,40	246.377,32	4.444,19	206.584,45

11 – Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a decomposição da rubrica de Associados é como se segue:

	31.12.23	31.12.22
Associados	81 578,58	122 920,58
	81 578,58	122 920,58

12 – Diferimentos (ativos)

A Associação tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos devedores:

	31.12.23	31.12.22
Diferimentos (ativos)		
Seguros	59,60	759,24
Trabalhos especializados	23,06	250,20
Outros gastos - cauções	129,85	129,85
	212,51	1 139,29

13 – Outras contas a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber é como se segue:

	31.12.23	31.12.22
Correntes		
Créditos e receber		
Acréscimo rendimentos	0,00	573.450,55
Outros devedores	104.336,29	10.085,72
	104.336,29	583.536,27

14 – Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, o valor do fundo associativo apresenta um valor de 54.069,92 euros.

15 - Resultados Transitados

As contas de 2022 estão ainda pendentes de aprovação em Assembleia – Geral.

O resultado líquido do exercício de 2022, não tendo as contas sido aprovadas, permanece em resultados transitados.

16 – Excedentes de revalorização

A decomposição dos Excedentes de revalorização é a seguinte:

	2023	Variação	2022
Reavaliação Edificio Sede	1.478.655,81	-3,57%	1.533.420,84

A rubrica de excedentes de revalorização respeita a uma reavaliação livre efetuada no ano 2005 ao edifício da sede em Oeiras, por um avaliador independente.

O valor inicial desta reserva é de 2.738.251,56 euros, o qual está a ser amortizado anualmente por um período de 50 anos pelo valor de 54.765,03 euros.

17 – Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais

A decomposição do montante total dos ajustamentos e outras variações nos fundos patrimoniais é a seguinte:

	31.12.23	31.12.22
Subsidios ao Investimento	1 354 396,27	1 401 263,71
Doações	412 400,00	412 400,00
Ajustamentos em ativos financeiros	19 096,40	19 096,40
	1 785 892,67	1 832 760,11

A rubrica de subsídios ao investimento respeita a valores recebidos para a construção dos imóveis da Associação em Oeiras e Carregado.

A imputação do subsídio é efetuada durante a vida útil estimada dos edifícios.

18 – Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza, no final do período, é como segue:

Empréstimos bancários	2023		2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Novo Banco	103 827,77		203 827,77	
CGD	87 404,17		15 519,45	71 738,60
Milennium BCP	64 771,23		10 961,28	52 295,93
Milennium BCP	60 500,00		60 500,00	
Banco BIC	100 000,00		200 000,00	
Lisgarante	200 000,00		0,00	
Santader Totta	61 416,11		84 688,00	
	677 919,28	-	575 496,50	124 034,53
Descobertos bancários				
Novo Banco	635,90	-	-	-
Banco BIC	859,22	-	-	-
	1 495,12	-	-	-
Total	679 414,40	-	575 496,50	124 034,53

19 - Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2021, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

	31.12.23	31.12.22
Fornecedores		
Meo - Comunicações	1 786,41	1 532,34
SU Eletricidade	1 897,50	2 505,32
Girosoft	4 469,82	5 138,94
BNP Paribas	2 340,90	3 314,12
Lisgarante	5 130,18	4 343,88
TK Elevadores	5 436,75	3 872,35
CIP	9 450,00	6 210,00
Nucase	14 541,34	14 776,34
António Oliveira da Silva	6 250,92	6 250,92
Premivalor	38 716,71	38 716,71
Nuno Costa Ferreira	8 359,32	8 359,32
JM Ribeiro da Cunha	8 494,00	8 494,00
Igueldo	10 225,62	6 495,59
NTGS	10 446,80	10 446,80
GPRM	13 193,20	11 246,00
Restantes fornecedores	58 437,65	32 076,73
	199 177,12	163 779,36

20 – Diferimentos (passivo)

A associação tem registado na rubrica de diferimentos os rendimentos a reconhecer relativamente às contratualizações e aos projetos aprovados, a qual é descriminada da seguinte forma:

Tipo de projeto	31.12.23	31.12.22
Aprendizagem Lisboa	0,00	16.088,48
Vida Ativa	0,00	351.533,36
Modulares Lisboa	14.640,71	14.640,71
E+D - Emprego + Digital	0,00	126.181,16
	14.640,71	508.443,71

21 – Outras contas a pagar

O detalhe de Outras contas a pagar quanto ao prazo (corrente) e por natureza, no final do período, é como segue:

	31.12.23	31.12.22
Outros Credores		
Pessoal	116.943,42	85.482,08
Forn. Investimentos	59.765,13	64.057,84
Outros Credores	276.369,10	293.610,13
	453.077,65	443.150,05
Acréscimo de gastos		
Remunerações a liquidar	13.575,30	29.034,02
Bolsas a pagar aos formandos		0,00
Honorários a pagar a formadore	47.248,13	47.248,13
	60.823,43	76.282,15
	513.901,08	519.432,20

22 – Vendas e Prestação de serviços

O montante de Vendas e serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2023	2022
Prestação de serviços		
Serviços prestados	64 482,32	244 793,45
Quotas	81 578,58	72 888,41
Formação Profissional	66 681,89	26 536,25
	212 742,79	344 218,11

23 – Subsídios à Exploração

Em 2023 e 2022, o montante dos subsídios à exploração respeita a subsídios do Estado e outros entes públicos não reembolsáveis, detalhado da seguinte forma:

	2023	2022
Subsídios, doações e legados à exploração:		
Subsídios EOEP	96 282,40	139 449,75
Subsídios Out. Entidades	0,00	6 394,18
	96 282,40	145 843,93

24 – Fornecimento e serviços externos

Em 2023 e 2022, o detalhe dos custos com fornecimento e serviços externos é como se segue:

	2023	2022
Subcontratos	11 498,42	2 690,27
Trabalhos especializados	26 175,37	13 046,89
Vigilânicia e Segurança		320,29
Honorários	16 754,20	50 807,18
Conservação e reparação	3 420,03	6 192,36
Serviços bancários	3 799,47	7 750,88
Ferramentas e utensílios	437,43	402,98
Livros e documentação técnica		224,00
Material escritório	82,95	410,23
Artigos para oferta		-
Eletricidade	14 633,63	16 880,35
Combustíveis	450,01	1 086,87
Água	5 383,97	5 744,57
Deslocações e estadas	668,35	549,45
Rendas e alugueres	1 733,83	4 790,97
Comunicação	8 926,01	10 421,13
Seguros	1 016,10	-194,03
Contencioso e notariado	430,84	140,00
Despesas de representação	5,00	227,20
Limpeza, higiene e conforto	4 343,47	14 242,94
Bolsas Formação		10 112,40
Outros serviços	21 718,63	50 097,05
	121 477,71	195 943,98

25 – Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2023 e 2022, foram como segue:

	2023	2022
Remunerações do pessoal	131 799,36	258 092,19
Encargos sobre remunerações	27 780,76	52 198,51
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	1 619,55	1 004,80
Indemnizações	6 302,77	29 576,16
Outros	2 116,54	1 628,50
	169 618,98	342 500,16

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante o exercício foi de 5 empregados.

26 – Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de outros rendimentos, em 2023 e 2022, é como segue:

	2023	2022
Rendimentos suplementares	0,00	56 675,63
Rendas	0,00	12 489,59
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	16 456,65
Ganhos em subsidios ao investimento	46 867,44	46 864,44
Outros rendimentos	7 617,95	10 083,59
	54 485,39	142 569,90

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis encontram-se apresentados no balanço como componentes de fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados pela imputação aos rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas em cada período.
Os subsídios tiveram como finalidade a construção dos edifícios da sede, em Oeiras, e da delegação do Carregado.

27 – Outros gastos

Em 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de outros gastos é como segue:

	2023	2022
Outros gastos e perdas		
Impostos	3 201,08	4 575,44
Dividas incobráveis	108,75	0,00
Correções exercícios anteriores	75,00	0,00
Quotizações	3 240,00	3 240,00
Multas e penalidades	6 751,96	3 995,70
Outros	2 367,26	4 434,17
	15 744,05	16 245,31

28 – Gastos financeiros

O detalhe da rubrica de Gastos financeiros, em 2023 e 2022, é como segue:

	2023	2022
Juros Suportados		
Financiamentos obtidos	5 567,11	11 432,68
Juros de locações financeiras	0,00	69,10
Outros Juros	906,74	2 674,59
	6 473,85	14 176,37

29 – Imposto do exercício

A decomposição do montante de Imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	2023	2022
Imposto sobre o rendimento		
Imposto s/ rendimento corrente	866,77	1 799,09
	866,77	1 799,09

O imposto corresponde na sua totalidade ao valor das tributações autónomas.

Neste exercício existe imposto (IRC) a recuperar no valor de 2.302,52 euros.

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto sobre o rendimento do exercício é de 21% e resulta da legislação em vigor.

Não foram contabilizados impostos diferidos ativos, por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos e também porque existe um plano de atividades futuras que apontam para resultados tendencialmente nulos.

Não foram contabilizados impostos diferidos passivos, referentes à reserva de reavaliação do edifico e aos subsídios ao investimento, porque a Norma das Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) aplicável à Associação não obriga ao seu reconhecimento.

30 – Contingências

A 31 de dezembro de 2023, a AERLIS tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Valor	Instituição Financeira
EDP - Edifício Oeiras	4.621,75	CGD
Banco Santander	50.000,00	Lisgarante

A AERLIS tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias reais prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Forma
CGD - Empréstimo bancário	Edificio Carregado	Hipoteca

31 – Informações exigidas por diplomas legais

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Associação informa que é devedora das seguintes contribuições vencidas à segurança social, e também das seguintes dívidas fiscais em mora perante a Autoridade Tributária:

Autoridade Tributária – 72.170,46 Euros
Segurança Social – 124.639,69 Euros

Estas dividas encontra-se reclamadas no processo de insolvência da Associação.

32 – Eventos subsequentes

Uma vez que a Associação se encontra numa situação económica difícil, esta apresentou-se à Insolvência no passado dia 23.10.2023, correndo o processo no tribunal judicial da Comarca de Lisboa Oeste Juízo de Comércio de Sintra – Juiz 2, sob o número 16034/23.4T8SNT, tendo a mesma sido decretada por Sentença de 20.10.2023. Apesar da declaração de Insolvência, a Administração da AERLIS mantém-se na atual Direção, e será apresentado um plano de recuperação, para pagamento de todos os credores que passará pela alienação dos direitos de superfície da titularidade da Associação. Com este plano a Associação espera pagar a totalidade das suas dívidas no prazo de 5 anos, promovendo a sua revitalização de forma a continuar a desenvolver a sua atividade.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Oeiras, 3 julho de 2024

A Direção

O Contabilista Certificado

AERLIS
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL
DA REGIÃO DE LISBOA
CONTRIBUINTE N.º 502 711 191